



# Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 37.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1983

(Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Djalma de Almeida César.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte, (57) e em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior. Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para discutir) Sr. Presidente, dentro do complexo da Assembléia Legislativa, dentro do que nos é dado de direito, está sendo claudicado, está sendo castrado pelo atual Presidente da Assembléia, que no momento não está presente. Queria dizer a Vossa Excelência, ao meu Paraná, às duas bancadas e à minha imprensa, que ontem foi um dia fatídico. Pedi a palavra pela ordem e não me foi dada.

Então, onde está o respeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Ou acertamos os ponteiros dos relógios, ou estamos fadados à falência das elites.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Deputado Gabriel Manoel, apenas solicita a Vossa Excelência...

O SR. GABRIEL MANOEL — Dentro do Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente. Apenas...

O SR. GABRIEL MANOEL — Se Vossa Excelência quer ser arbitrário, seja.

O SR. PRESIDENTE — Absolutamente, com o maior respeito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero fazer uma queixa, e qual será o parágrafo em que posso fazer esta queixa? Ontem foi cortado o som quando este Deputado procurava manifestar sua tese, Sr. Presidente, ontem, com uma assessoria que não tem condições de assessorar os Presidentes, cortam a palavra de um Deputado, nem sequer a deram. Dentro do artigo 97, em seus parágrafos, temos direito, e no artigo 98 Vossa Excelência tem o direito de cassar a palavra, a não ser que o despotismo esteja

a campear nesta Assembléia. A não ser que Vossas Excelências, da Bancada do PMDB, não queiram tranqüilidade.

Sr. Presidente, estou fazendo uma queixa porque o som do Deputado Gabriel Manoel foi cortado ontem. Agora, dizia Rui Barbosa, "covarde é aquele que se dá por vencido". Não haveremos de nos dar por vencidos, que aceitamos a regra do jogo, aceitamos humildemente a orientação da Presidência da Casa.

Agora, o que não pode é estarmos claudicando quando um Deputado pede a palavra pela ordem.

Por isto que contesto, esta ata de ontem é inverídica, porque pedimos a palavra pela ordem, de acordo com o artigo 97, e não nos foi dada. É isto que peço a Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência como companheiro, como amigo, como Deputado, quer a tranqüilidade de nossa Assembléia, vamos agir com imparcialidade e também saberemos obedecer as ordens de Vossas Excelências.

O que não se pode é tripudiar sobre a minoria de uma bancada, que embora seja minoria, é uma bancada aguerrida, que há de dar para esta Assembléia o testemunho de lealdade, o testemunho e o respeito, porque ontem fomos desrespeitados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Deputado Gabriel Manoel, apenas pediria, como o maior respeito que Vossa Excelência merece, que se ativesse a discutir a ata que está em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou discutindo a ata, porque ela está errada. Ontem pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — E Vossa Excelência deseja que ela seja retificada em que ponto?

O SR. GABRIEL MANOEL — Em ponto nenhum. Veja Vossa Excelência o artigo e veja onde deve ser retificada, porque não desejo nada. Meu pai dizia: não peça favores, pleiteie seus direitos, e o nosso direito há de ser pleiteado aqui dentro desta Assembléia. "emboramente" minoria, haveremos de reivindicar o nosso direito. E ao despotismo, vamos dizer um "basta".

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa fará constar da ata a reclamação de Vossa Excelência. Continua em discussão a ata que foi lida. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**Ofícios:**

Sob o número 104/83, do Sr. EGÍDIO PEREIRA, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, encaminhando votos de congratulações a esta Casa pela excelente iniciativa na realização do I FORUM DE DEBATES" sobre "Alternativas de Desenvolvimento do Paraná. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 235/83D.L. do Sr. Vereador MOACIR TOSIN, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia do requerimento número 370/83, de autoria do nobre Vereador Jairo Marcelino, o qual solicitou a instituição de um Selo Estadual no valor de Cr\$ 1,00, em forma de tributação, sobre o valor de toda carteira de cigarros comercializada no Estado do Paraná, e que toda receita auferida seja revestida em benefício do Hospital de Câncer Erasto Gaertner, desta Capital. — **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o número 678/83/SG/PRES. do Sr. GEORGE CHRISTOFIS, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, o qual apresenta cumprimentos pela

realização do "I FORUM DE DEBATES" que esta Casa levou a efeito, numa inspiração elogiável e merecedora de aplausos. -  
Ao Conhecimento da Casa.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor da Rio-Sul Transportes Aéreos, solicitando que o mesmo envide esforços no sentido de ser estendida a rota aérea da referida Companhia até a Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

Campo Mourão é sede da micro Região da CONCAM, congregando 17 municípios, e é um dos principais centros de desenvolvimento de nosso Estado, tendo na agricultura sua principal fonte de recursos.

Conta o município com infraestrutura aeroviária e com clientela capaz de atender os requisitos exigidos, para que tenha vôos regulares entre a Capital do Estado e a sede do município.

Daí a presente solicitação, pois hoje Campo Mourão está na dependência de vôos até Maringá, que dista da mesma cidade cerca de 85 km, o que prejudica sensivelmente os usuários da companhia de aviação.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do seguinte pedido de informações:

- a) quantos funcionários foram admitidos pela administração direta e indireta do Governo do Paraná, em 1982?
- b) Quais os seus nomes, suas funções e onde foram lotados?

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

**JUSTIFICATIVA:**

Oral, feita em plenário, para ser incorporada ao presente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sra. Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"MÃE, somos um pouco de ti, pedaços do teu ser, migalhas de teu 'eu'".

Somos um pouco de teus fracassos e muito de tua bondade. Pedaços de teus sonhos bons, migalhas de tuas fantasias. Sorrisos contentes no teu silêncio, caminho aberto em teu chão sagrado. Nascemos de tua esperança, somos filhos de tua alegria.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero nesta manhã saudar a mãe feliz, aquela que apesar do momento presente cheio de dificuldades pelas causas que todos os dias aqui enumeramos, não deixa transparecer aos seus filhos a sua preocupação nos destinos de nossa Nação, mas que na sua felicidade espera urgentes soluções para os grandes problemas do povo brasileiro.

Saúdo a mãe angustiada, pois ela é o fruto da angústia porque passa o País, que vive hoje num clima de insegurança e perplexidade, não sabendo para onde vai a nau já sem rumo pelos mares da vida.

Saúdo a mãe triste, por ver ela a família desempregada e seu lar transformado nem lugar desesperador, mas sendo ainda ela o fiel da balança para pesar as conseqüências e chegar ao equilíbrio e à igualdade.

Saúdo ainda a mãe jovem, a mãe idosa, a mãe pobre, a mãe abastada, a mãe rodeada de amor e carinho, a mãe solitária e carente, saúdo enfim todas as mães deste País pela sua coragem, pelo seu despreendimento, pela sua luta constante, para fazer da família um repositário de felicidade apesar de todas as dificuldades do momento presente.

Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, ao saudar a "mãe" em seu dia, não poderíamos deixar de registrar aqui o nosso descontentamento por se ter transformado o dia das mães e, em dia estritamente comercial, pois para nós dia das mães são todos os dias do ano, são todos os dias da nossa existência, pois vemos nessa figura, nessa figura humana, a continuação da humanidade. Seja ela de matiz for, seja ela como for, ela sempre irá representar para nós a candura, a figura angelical que produz a vida, permitindo a todos nós a consecução de nossos ideais.

Não podemos jamais permitir que ela seja vítima da discriminação e da exploração, pois ela é a advogada constante de seu filho, a criadora de um mundo melhor e sem injustiças.

Que o "Dia das Mães" este ano não seja simplesmente um dia de presentes, de gulodices, mas que seja um dia de reflexão, um dia de esperança, um dia feliz, um dia de louvor à vida, um dia de profundo pensar em seus ensinamentos, um dia de luta constante pela paz e pela justiça social.

Que o "Dia das Mães" seja para nós o início de uma nova era, cheia de esperanças e confiança, um dia de luta para minorar o sofrimento de nosso semelhante, que seja o início de nossa conscientização para solvermos os grandes problemas que afligem toda a sociedade brasileira.

Receba pois no seu dia, mãe, a promessa de nossa luta, de nosso desprendimento para fazer de uma Pátria, uma Pátria feliz, humana".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nunca desejamos legislar em causa própria. Apenas, Sr. Presidente, aproveitando estes cinco minutos deferidos por Vossa Excelência, pediria à Comissão Executiva, que solicitasse ao pessoal do som que não mais o cortasse, quando eu pedir a palavra pela ordem, dentro do Regimento Interno. É uma barbaridade, é uma anomalia vermos um Deputado da Casa, um humilde homem, que vem aqui na esperança de ajudar o Paraná, estar muitas vezes relegado como ser inofensivo, e o Sr. Presidente não aceitar e não tolerar o Regimento Interno da Casa.

Pedimos ontem, Sr. Presidente, a palavra pela ordem, e o ilustre Deputado que nós respeitamos, que é nosso Presidente, Trajano Bastos, só nos concedeu após assentimento a três outros Srs. Deputados.

Então é uma anomalia, Sr. Presidente; é um despotismo que não podemos conceber nesta Assembléia. Haveremos de solicitar a Vossa Excelência, como Vice-Presidente desta Casa, que imponha o respeito. o mínimo do respeito para os Deputados, porque, se aqui viemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi pela vontade do povo. Que ontem abusassem da nossa humildade, abusassem ao procurar extrapolar um Deputado que vem a esta Casa dentro das exigências do País.

Sr. Presidente, se os ânimos na Assembléia estão acirrados são por causa do despotismo da bancada de Vossa Excelência, com raras exceções. Não estamos aqui para julgar e sim para dizer a Vossa Excelência, ao Governador José Richa, que estamos alertas de nossos direitos que foram delegados pelo

povo do Paraná.

O Sr. Anibal Khury — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa que não é permitido apartes no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeceria a uma parcela da Bancada do PMDB, que com sua consciência tranqüila a trabalhar pelo Paraná e sua gente, venha conosco, venha com Airton Cordeiro, venha com os nossos líderes, para podermos fazer pelo Paraná o que ele necessita, porque nós temos o o Governo Central e haveremos de estar à disposição do Governador José Richa, Sr. Presidente, ao invés de ele ir com o chapéu, ele que procure a nossa bancada, a bancada de Vossa Excelência, e haveremos de dar ao Paraná o que o Paraná merece no contexto da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e apenas uma observação. Peça por favor para que os meninos do som não cortem o som, que eu hoje fui inquiri-los e eles disseram que era ordem da Comissão Executiva. É uma anomalia, é uma vergonha para esta Assembléia, Sr. Presidente, porque "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta", já dizia Rui Barbosa. Haveremos de lutar pelo Paraná e em benefício de sua gente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer, digníssimo Segundo Vice-Presidente desta Casa.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, caros Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta manhã, para fazer uma denúncia. Hoje de manhã foi sintonizada uma rádio de Mal. Cândido Rondon, e o que foi ouvido? Uma solicitação, naquela emissora, justamente sobre o que eu teria a dizer em relação ao pronunciamento que o Deputado Gernote Kirinus fez no dia de anteontem quando de uma reunião em Marechal Cândido Rondon, ele dizia, está gravado e foi retransmitido pela emissora, que ele proibia, junto à Secretaria dos Transportes, a liberação dos 850 mil cruzeiros referentes ao PROSAFRA. Ele, Deputado também do Município de Mal. Cândido Rondon, como eu, proibindo o Sr. Secretário dos Transportes de liberar esses recursos que já estão aqui, na Secretaria dos Transportes.

Ora, caros Deputados, não sei e não acredito que o nobre Colega, Deputado que também é Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, vá entrar neste tipo de jogo, se acontece isto, se for verdade, e o Deputado Gernote Kirinus disse isto numa reunião, então realmente estaremos sentindo e confirmando aquilo que a imprensa está denunciando todos os dias, a perseguição pura e simples aos Prefeitos do PDS, já que em Marechal Cândido Rondon, o Prefeito é do PDS.

E vai mais além: a Prefeitura de Marechal Cândido Rondon hoje paga 63 professores para a rede estadual, e até hoje não recebeu em cruzeiro, também. O Prefeito de Mal. Cândido Rondon, mandou um telex à FUNDEPAR, e eles responderam laconicamente: estão estudando a liberação dos 750 milhões de cruzeiros para ver se Mal. Cândido Rondon vai ser aquinhoado com alguma coisa, quando outras Prefeituras do PMDB — isto nós já provamos — já receberam os recursos que a FUNDEPAR está liberando. Depois, se amanhã, o Prefeito de Mal. Cândido Rondon retirar os 63 professores, vai ser o perseguidor do Governo do Estado, quando é bem o inverso. Ele está sendo perseguido. E não só a Prefeitura de Cândido Rondon, as outras Prefeituras do PDS também estão sendo perseguidas.

Tanto é verdade que no novo Município de Missal, o Prefeito agora só tem duas saídas: ou ele contrata os professores que são da responsabilidade do Governo, ou ele vai ser discriminado em todas as Secretarias. Ora, que governo democrático

é este? Na campanha pregava democracia, dizia que tudo iria funcionar, depois melhorar. Passadas as eleições, a gente vê a perseguição pura e simples.

Vou mais além: em Mal. Cândido Rondon, no ano passado, foram liberados 26 milhões de cruzeiros para a compra de vagas nas escolas da CNC. Essa compra de vagas era para alunos do PDS e do PMDB, não havia discriminação.

O que acontece com o Governo democrático do nosso Governador José Richa? Ele simplesmente disse que cada um se vira e mandou cortar todas as compras de vagas que há 4 anos funcionava.

Claro que os companheiros do PMDB, que votaram no PMDB, devem estar aplaudindo, ou não? Devem estar, no meu entender, arrependidos de terem eleito este Governo que corta todas as bolsas de estudo e compra de vagas.

Mas, o mais grave é que aqui, nesta Assembléia, foi assinado um contrato de 15 milhões de cruzeiros e que até agora, não houve solução desse problema. Esse Deputado entou com um pedido na Comissão desta Casa, que foi para a CCJ, e até agora não recebeu notícias. Talvez achando que, amanhã, vamos esquecer isto. Sete milhões e meio saíram deste Poder, e somos pixados todos os Deputados, não é um Deputado só, que fez o contrato — se é que há contrato, todos os Deputados estão sendo pixados por todos os moradores, por todos os eleitores, por todo o povo do Paraná, dizendo que aqui há "chuncho" e que recebemos parte deste dinheiro.

Isto é que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está ençerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. WERNER WANDERER — Voltarei à tribuna trazendo muitas outras denúncias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, quarto orador inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Aqui estamos cumprindo com o nosso dever, coerente com a nossa palavra inicial de comportamento parlamentar, cobrando atitudes mais eficazes do Governo do Estado. Reafirmando o que denunciou o jornalista Jorge Kudry, Digno Presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão, quando se pronunciou junto aos órgãos de imprensa do Estado, fazendo graves acusações quanto ao descaso com que a Secretaria da Cultura e Esporte vem dando ao esporte amador do Paraná, assunto aliás, que foi já objeto de requerimento do esportista, homem de imprensa e ilustre Deputado Airton Cordeiro, que a exemplo de outros até agora não houve sequer resposta.

Na declaração à imprensa, dizia o jornalista Jorge Kudry do abandono completo por que passa o esporte amador estadual declaração feita, embasada na sua autoridade como dirigente de uma entidade de grande influência nos círculos esportivos e como esportista que já dedicou 30 anos ao esporte e 28 anos exclusivamente ao salonismo paranaense.

Recordou o nobre jornalista que as Federações do nosso Estado realizam seus calendários esportivos e tomam parte nos campeonatos brasileiros com afínco e dedicação, sempre elevando o nome do Paraná. E ainda mais particularmente, que a Federação de Futebol de Salão procura títar tanto os jovens como os adultos da ociosidade e dos vícios, levando-os como forma de substituição a esses subterfúgios repudiáveis, à prática salutar de um esporte social.

E com isso, recordamos a tão conhecida frase latina "Mens sana in corpore sano", isto é: uma mente sã em um corpo sã. Porém sabemos que essa prática só é possível com o devido

apoio do Governo, através da Secretaria, especialmente criada para esse fim. O que, segundo o jornalista, não vem acontecendo.

Com isso, foi o próprio Presidente da Federação que veio a público proclamar a iminente falência do esporte amador no Paraná, pela falta de apoio da Secretaria da Cultura e do Esporte. Aliás, vale lembrar que durante a campanha, o PMDB a chamava de "Ilha da Fantasia", acrescentando que sua extinção seria inevitável e segundo os mesmos, ela havia sido criada apenas para dar emprego aos protegidos do nosso Partido. E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Ela não foi extinta, talvez pelo pressuposto. Porém a mesma, sob a alegação de falta de verbas, abandona o esporte amador, vital para a formação de uma juventude mais sadia.

Diz ainda mais o Presidente da Federação, que, pela primeira vez, desde que a mesma foi criada, não recebe desta Secretaria, sua justa subvenção, o que ocasiona enormes dificuldades na elaboração do calendário competitivo, principalmente no âmbito nacional. E se as Federações, órgãos maiores do amadorismo, vêm sofrendo com este brusco corte financeiro, calculem as ligas e os pequenos clubes regionais o que não ressentem, principalmente no que se diz respeito ao treinamento de atletas, transportes e alojamento dos mesmos.

Como dissemos, também em nosso primeiro pronunciamento, que seríamos coerentes e responsáveis em nossa fiscalização, deixamos patente que outrora houveram erros desta Secretaria.

Erros aliás que sempre criticamos, senão ostensiva e publicamente, o fizemos diretamente ao Secretário da época, pois tínhamos acesso para isso, porém víamos naquele tempo um largo e bem planejado calendário de competições, que mensalmente lotavam o Ginásio do Tarumã com atletas amadores, de todas as idades, advindos de todas as classes e do interior do Estado.

Desejamos alertar as autoridades competentes, principalmente ao Governador do Estado, para esses fatos que estão ocorrendo na administração atual, ocasionando prejuízos às entidades esportivas e impedindo o desenvolvimento do esporte amador paranaense, que tanto orgulho nos tem dado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Executivo precisa romper imediatamente com o imobilismo que se apossou das Secretarias de Estado, para que o Paraná não sofra prejuízos maiores como é o caso do fato razão do nosso pronunciamento. Pois, se um Governo quer ser austero, que ouça: uma Secretaria que era antes apenas cabide de emprego e deveria ser extinta, conforme a afirmação constante do PMDB, hoje com os mesmos cargos, só que nomes diferentes os ocupam, mas numa completa inércia, ou por falta de recursos ou por despreparo administrativo, continua existindo.

Fica então o meu apelo final, ao Governador José Richa, ou a Secretaria da Cultura e do Esporte cumpre o objetivo de promover e incentivar o esporte para o que foi criada, ou ela seja banida da lista das Secretarias de Estado, para que não continue o cabide de emprego tão criticado pelo próprio PMDB".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de congratular-me com o pronunciamento da Deputada Amélia Hruschka, na homenagem que fez em nome deste Parlamento, a todas as mães, na passagem que terão do seu dia no próximo domingo. Quero também estender esta homenagem feita pela colega Amélia Hruschka a todas as esposas e mães dos companheiros Parlamentares das duas bancadas. Porque estas, sem dúvida, devem estar sofrendo tensões

das maiores, porque embora tenham seus filhos, seus esposos, numa Assembléia, ao saírem de casa muitas e muitas vezes fica na sua casa a impressão de que venham para um campo de batalha.

Mas, o assunto, Srs. Deputados, que me traz à tribuna, é uma notícia publicada na "Folha de Londrina" dizendo que Cascavel debate ligação do Sul ao Centro-Oeste. No dia 10, Cascavel promove o encontro Sul-Centro-Oeste, rodovia da integração.

Diz a nota que este movimento representa uma pequena variação da antiga campanha pela construção da BR-163, ou a estrada do colono, lançada em 1968. Diz além "que a rodovia da integração a ser discutida em Cascavel, apresenta uma diferença e elimina sua rota entre as cidades de São Miguel do Oeste, de Santa Catarina, Capanema e Medianeira, no Paraná".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O movimento da fronteira Sudoeste do Paraná, em favor da BR-163, remonta há muitos anos de luta, de trabalho e de documentos. Tenho em minha mão, pastas a serem encaminhadas às autoridades competentes, visando reacender a luta em defesa da BR-163, no seu trecho originário, ligando Rio Grande do Sul a cidade de Dourados, no Mato Grosso, passando pela fronteira do Estado do Paraná. Levantamento feito com muitos e muitos anos de luta. Levantamentos que mostram que em estatísticas feitas em anos anteriores, o porto Moysés Lupion que liga Capanema a Medianeira, demandava passagem de mil a mil e quinhentos carros por dia, numa prova soberba que o trajeto mais curto e o caminho mais fácil para a rota ligando o Sudoeste com o Oeste do Paraná, é exatamente pela fronteira.

Teríamos que lembrar também que a BR-163, além da integração dos Estados do Sul, é uma estrada de segurança nacional. Uma estrada que possibilita na fronteira do Brasil o deslocamento imediato sempre que necessário, da segurança de nosso País. É uma estrada que viabiliza o turismo no Estado do Paraná.

Quando ouvimos a magnitude de Itaipu, quando ouvimos cantar em prosa e verso a grandeza daquela obra, quando ouvimos há poucos dias o General Costa Cavalcanti dizendo que Itaipu será um turismo maior do que já foi Sete Quedas para Guaíra. Quando empregos serão criados, apescafomentará, passeios de barcos e estão sendo beneficiados os municípios circunvizinhos do lago, chegamos à conclusão de que nada adianta desviar o trajeto originário da BR-163, porque iremos levar a rota de turismo para longe do seu escaudouro nacional. Nunca foi tão importante a conclusão da BR-163, pela fronteira sudoeste do Paraná, porque a ligação do sul com o Mato Grosso é evidente que tem como caminho mais fácil a passagem por Medianeira e Guaíra.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro, sexto orador inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ofício 0030, de 09/02/83, do Secretário dos Recursos Humanos, dirigido ao Governador Hosken de Novaes, apresentou informações referentes à evolução do pessoal nos quadros da Administração Direta e Autárquica, bem como das Fundações Estaduais, durante o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 1982.

1. No período em referência, o Quadro de Pessoal Estatutário e CLT da Administração Direta e Autárquica, teve um crescimento real de 235 servidores. Cabe ainda mencionar que em acréscimo a esse número, no Magistério, foram contratados 1.783 professores para ministrarem aulas extraordinárias e em caráter eventual (remuneração por aula). As vinte Fundações Estaduais, por sua vez, tiveram um acréscimo em seus quadros

de 1.351 servidores, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1982.

Somados os números acima mencionados, temos o total de 3.369 servidores a mais, nos quadros de pessoal do Estado, compreendendo a administração direta, as autarquias e as Fundações.

Conseqüentemente, temos no ano de 1982, um aumento de servidores no total de 1.586 e mais 1.783 professores contratados para aulas eventuais;

2. Cabe esclarecer que em 1982, no Quadro de Pessoal Estatutário da Administração Direta e Autárquica, houve um desfalque de 4.172 servidores.

Ocorreu então, a compensação desses elementos: houve no curso do mesmo ano de 1982, contratações em número correspondente aos aludidos 4.172, que se aposentaram, em número de 3.806, e se desligaram em número de 366.

3. No número acima referido de 3.806 aposentados, estão incluídas as seguintes parcelas de professores aposentados:

- a. 1.230 aposentadorias com base na Emenda Constitucional 12, de 1.981 (Lei dos 25 anos);
- b. 839 com base na legislação ordinária vigente;
- c. 46 aposentadorias com benefícios da lei de contagem recíproca.

São, ao todo, 2.115 professores aposentados.

Do exposto resulta que o número de servidores da administração direta e das autarquias e fundações no ano de 1982, foi de 3.369 incluídas as desligações para períodos de aulas eventuais, num total de 1.783.

Com esses esclarecimentos a administração estadual informa, com base em elementos fornecidos pela Secretaria dos Recursos Humanos, a exata situação do aumento do número de servidores no ano de 1982.

Este é o conteúdo da nota oficial então distribuída pelo Governo do Estado do Paraná.

No dia de hoje, o ex-Governador Ney Braga diz, através da imprensa: "não tem fundamento as acusações de que o governo anterior teria nomeado de 15 a 20 mil funcionários em 82. Pois é sabido que o ex-Governador Hosken de Novaes, respondendo acusações anteriores, dentro do mesmo diapasão, contestou-as com base em levantamentos da Secretaria de Recursos Humanos, que apontam ter o Estado contratado, naquele ano, apenas 3.369 servidores".

Estamos encaminhando o seguinte pedido de informações ao Sr. Governador José Richa:

"a. quantos funcionários foram admitidos pela administração direta e indireta do Governo do Paraná, em 82?

b. quais os seus nomes, suas funções e onde foram lotados?

O motivo do requerimento, pela notória contradição das informações, e porque o Governador do Estado afirmou publicamente que demitiria de 17 a 20 mil funcionários públicos do Estado admitidos em 1982, com fins claramente eleitorais.

O que queremos é uma posição formal do Governo do Estado, uma informação correta, que evite que as distorções possam desinformar ao invés de informar.

Solicito que este pronunciamento seja incorporado ao meu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JORGE MAIA — Sr. Presidente, concedemos no Horário da Liderança, 15 minutos ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra Sua Excelência o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por 15 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem o nosso companheiro de bancada, Deputado

Airton Cordeiro, subiu o nível desta Assembléia, subiu o nível do respeito em que ele tem pelo seu povo, pela sua gente e pelos seus colegas.

Ficamos admirados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, ao ver o jovem Airton Cordeiro combativo a espelhar a realidade de um Paraná, Sr. Presidente, onde os eleitores estão desiludidos, talvez por falha nossa, talvez por falha do sistema que ora impera no Paraná, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Airton Cordeiro, queria dizer a Vossa Excelência que foi feliz ontem em seu pronunciamento, defendendo o bem-estar do Paraná e de sua gente.

Porque o que vemos hoje no Paraná, Deputado Airton Cordeiro, Sr. Presidente, é a desilusão. São nossos companheiros, é o povo do Paraná a dizer, mudou a coleira, mas a cachorrada é a mesma.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência terá em breve, Deputado Airton Cordeiro.

Então, é desilusão do povo. Os homens que vieram afoitos para salvar os falsos messias, Deputado Airton Cordeiro, onde estão?

Estão nos 15 milhões da Assembléia, sem licitação pública. Estão a nos deixar à execução pública, principalmente esta Casa, que é uma Casa de homens honrados, é uma Casa de homens que vieram para cá defender o Paraná e sua gente.

Qual a resposta, Deputado Airton Cordeiro, meu Presidente, que ao serem inquiridos os 15 milhões sem licitação pública, sem uma carta proposta, 15 milhões por amizade que embora eles sejam honestos, cheira a desmando do direito e do dinheiro público, do dinheiro do povo que tem que ser aplicado em benefício do povo.

Passamos por esta Casa, Deputado Airton Cordeiro, com Francisco Escorsin, Com Augusto Carneiro, com Basílio Zanusso e nunca tivemos este deslize que o povo está a reclamar. Sabemos que, talvez, quicá, não haja desonestidade, mas onde está o princípio do cumprimento de uma lei que pede licitação pública, uma carta proposta para as firmas, para que façam uma reestruturação na Assembléia Legislativa, sendo que nós temos, Sr. Presidente, meus Deputados, Airton Cordeiro, temos homens gabaritados aqui dentro da Assembléia, que fariam de acordo com a orientação da Assembléia Legislativa. Uma reestruturação sem pagar para os homens que vêm de São Paulo, diárias em hotéis de 4, 5 estrelas, sendo que nós, Deputados, não conhecemos esses hotéis.

Nós, os humildes que lutamos, que gastamos para aqui vir defender o seu povo.

Qual foi a resposta até agora da Comissão Executiva, não a nós, mas ao povo do Paraná, que mudou a cachaça e o rótulo é o mesmo, para que possamos amanhã ou depois, Sr. Presidente, ir à praça pública e defender esta Assembléia que é um Poder, um poder claudicante, um poder que está à beira da falência, um poder, quando uma Comissão Executiva oferece aos seus amigos um contrato de 15 milhões de cruzeiros, adiantando-lhes 7 milhões e meio, sem licitação pública. O dinheiro do povo está sendo mal empregado, o dinheiro do povo, talvez por incompetência, eis que não vamos dizer por má fé, porque até agora não temos provas, mas o dinheiro do povo; quando procuramos fazer este apêndice, este prévio que aí está palpável, é que o povo do Paraná foi enganado pelo "canto da sereia". 15 milhões de cruzeiros desbaratados para dá-los a uma firma de São Paulo pelo simples fato de ser amiga de um membro da Comissão Executiva. Nós estamos à beira da falência. Como dizia Adelaide Carraro, é a falência das elites. Os homens que vieram para salvar o Paraná estão queimando o nosso dinheiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Ilustre Deputado Gabriel Manoel, quero,

primeiramente, agradecer neste Plenário, a amizade e o companheirismo que Vossa Excelência dedica a mim, há muito tempo, e dizer que me orgulho muito disto, pode crer. Vejo em Vossa Excelência o companheiro de todas as horas, de todos os embates. A sua combatividade é um exemplo para todos nós, Deputados menos experientes, porém idealistas como Vossa Excelência.

Quando Vossa Excelência vai à tribuna para fazer este tipo de denúncia, me permito acrescentar mais um argumento às suas razões, sem querer entrar nos meandros da ausência de uma concorrência pública para este tipo de contratação, mas, eu me refiro basicamente, Deputado Gabriel Manoel, ao desprezo que receberam todas as empresas paranaenses capazes para executar a reestruturação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e esse desprezo partiu, outra vez, de quem apregou durante muitos anos, a defesa dos interesses do Paraná, o Paraná e o empresariado paranaense, Deputado Gabriel Manoel. Defendemos, como defendeu Ney Braga no seu Governo, dando a cada empresa paranaense, em cada licitação pública, a vantagem de 10 por cento sobre qualquer concorrência, de outro Estado ou de outro País. Isto é proteger a empresa do Paraná, mas, além de não se reconhecer capacidade nos funcionários desta Casa para reorganizarem este Poder, se é que necessita de reorganização, ainda mais, não se reconheceu em nenhuma empresa do Paraná o poder, para que aqui dentro deste Estado tivéssemos realmente a valorização do ser humano do Paraná, do intelectual do Paraná, do administrador do Paraná, do economista, do político e de todos os paranaenses.

Muito obrigado, meu caro Deputado Gabriel Manoel, e as gentileza eu as devolvo todas, porque Vossa Excelência merece.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, nobre Deputado.

Há um adágio popular que diz assim: “mulher de César não basta ser honesta, precisa parecer honesta”.

Agora é o que não existe nesta Casa. Vossa Excelência vê que o dinheiro do povo não está sendo aplicado em benefício do próprio povo. Vossa Excelência vê que 15 milhões de cruzeiros, no “Open Market”, no “Overnight” rendem 2 milhões de cruzeiros por mês, que haveriam de ser distribuídos aos desempregados, não serem transportados para uma empresa de São Paulo, que nada tem a ver com o nosso povo. Agora, a bancada do PMDB não pode defender o indefensável. Veja Vossa Excelência que a prática vale mais que a gramática. 15 milhões, Deputado Airton Cordeiro, dariam de rendimento 2 milhões por mês, que haveriam de ser aplicados em ambulâncias, para os doentes carentes do nosso interior, para que fizéssemos pelo menos um pagamento de promessa, isto é, ao irmos ao interior, pudéssemos dar àquele nosso povo a esperança de que haveria de ter mudança, Deputado Airton Cordeiro, o dinheiro do povo haveria de ser aplicado em benefício do próprio povo.

E que empresa é esta? É uma agência, talvez, de reputação duvidosa. Mas, uma agência que manda seus funcionários, Deputado Airton Cordeiro, às expensas desta Assembléia, para parar em hotel de 4 ou 5 estrelas.

Onde estão os defensores da democracia? Onde estão, Deputado Airton Cordeiro, os homens que querem ver o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo?

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Pedí este aparte para dizer que mais uma vez se confirma em Vossa Excelência, nobre orador que está na tribuna, aquilo que desde há muito já conhecemos, um homem até certo ponto impaciente, com gênio forte, um pouco explosivo mas que, em resumo, através do vosso trabalho tem levado obras para o interior do Estado, e àquele Norte Pioneiro que é a região mais fértil de Vossa Excelência e de tantos outros eminentes Deputados desta Casa.

Vossa Excelência tem, como sempre, através de sua palavra, não só de cobrança de serviço deste Governo, mas em

Governos anteriores, que Vossa Excelência fazia parte.

Podemos presenciar nesta Casa, pronunciamentos fortes, de cobrança de atuação e de benefícios à gente do Paraná, seja de forma que é peculiar a Vossa Excelência, filosofando muitas vezes com filosofia própria e plageando muitas vezes, filosofias de grandes filósofos, mas em suma, Vossa Excelência sempre tem transmitido o interesse e a vontade de trabalho e de realização para o bem do Paraná. Agora nesta época, neste início de Governo, com muita propriedade Vossa Excelência tem batalhado constantemente nesta tribuna, cobrando trabalho, porque Vossa Excelência tem trabalho prestado. E o Governo que Vossa Excelência também pertenceu anteriormente, e principalmente aqueles que eu fui testemunha, de Jayme Canet e Ney Braga, foram governos que fizeram realizações neste Estado, e principalmente no Norte Pioneiro, representado por Vossa Excelência e por outros Deputados.

Quando Vossa Excelência ocupa a tribuna hoje, como sempre tem feito para cobrar uma ação mais eficaz do atual Governo, faz com autoridade, pelo trabalho que já tem prestado e pela conduta séria e responsável que tem tido aqui. Por isso me parablenizo com Vossa Excelência mais uma vez, por este pronunciamento que tem feito constantemente nesta Casa, porque na verdade, o atual Governo tem falado muito, tem apregado que não vai exercer mando político; fez uma campanha eleitoral com promessas, promessas que nós de antemão já sabíamos que estavam fora da realidade, por isso, para mim não é surpresa alguma, prezado Deputado, de que este Governo não possa cumprir as promessas que fez, porque as promessas no decurso de um tempo de vinte anos de oposição, se perderam nas promessas. Foram exageradas, totalmente fora da realidade do momento nacional. Por isso, nós sabíamos de antemão que elas não seriam cumpridas. Agora, tenta-se preencher ainda com palavras este vácuo que existe de falta de ação e de trabalho do atual Governo.

Por isso, meus parabéns a Vossa Excelência, por ser este cobrador permanente, atuante e corajoso, de trabalho; porque o que não pode continuar é o Paraná sofrendo esta paralisação de trabalho, de realização. O Paraná precisa, e quando votou no PMDB, votou com fé, com esperança de que ia melhorar; de que as obras iriam acelerar; de que o nível de vida do nosso povo, iria melhorar, de que o emprego iria surgir. Esta foi a razão do voto. E lamentavelmente está acontecendo exatamente o inverso. Sei que Vossa Excelência, como nós todos, haveremos de cumprir com a nossa obrigação, poder continuar batalhando na cobrança de serviço.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado Sr. Deputado Augusto Carneiro.

Senhor Presidente, queria apenas fazer uma observação.

Como pode o ilustre Secretário de Transportes discriminar...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa consulta à Liderança, se fará uso do restante do seu horário.

O SR. JORGE MAIA FILHO — A Liderança concede três minutos ao Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Como pode Sr. Presidente, o ilustre Secretário de Transportes, como anunciou o Deputado Werner Wanderer, que denunciou que está havendo discriminação...

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado, concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Tão logo conclua o meu raciocínio.

Apenas Sr. Presidente, para o que queria o Deputado, que se ontem foi ao Sr. Governador de chapéu na mão, para o Presidente do nosso Partido, para o Presidente do nosso Brasil, pedir a liberação de verbas e quando essas verbas chegam, elas são distribuídas com parcialidade. É isso o que nós estamos alertando, porque nós queremos o bem do Paraná, Deputado Werner Wanderer e haveremos de denunciar essa



falta de tirocínio administrativo e haveremos de dizer ao povo do Paraná, de dizer à bancada que hoje defende o PMDB, que botem a cabeça no lugar, para que possamos fazer do Paraná um celeiro. Deputado Werner Wanderer, que não tenha discriminação, porque o Deputado não quer que vá o PROSAFRA para a sua terra. O Programa do PROSAFRA, Srs. Deputados e imprensa do Paraná, é distribuído pelo Governo Federal, é distribuído pelo Governo do PDS ao povo, ao povo que paga imposto, o povo que merece uma resposta, uma defesa, o povo que não quer o seu dinheiro desbaratado, este povo que é o meu povo.

O Sr. Sérgio Spada — Deputado, concede-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Este povo que é o nosso, é o povo que foi iludido e ludibriado, mas que hoje na sua maioria está revoltado, como estão revoltados os funcionários da Assembléia Legislativa. É o nosso povo, Sr. Presidente, que tantas sereias cantavam em prova e verso que haveriam de acertar o problema dos funcionários públicos, que haveriam, de acertar o Paraná, que haveriam de aplicar o dinheiro do próprio povo em benefício do povo e foram aplicados quinze milhões de cruzeiros em benefício do povo paulista, da elite do povo paulista.

É o dinheiro míngado que deveria ser transferido para os funcionários públicos desta Assembléia que não passam de 350. Pessoas que trabalham diuturnamente, diariamente, em dois períodos para verem o dinheiro jogado fora, queimado ao lixo. Quinze milhões de cruzeiros, representam dois “bi” por mês, Srs. Deputados e queria dizer mais uma coisa: temos homens de gabarito, Sr. Presidente, para fazer essa orientação, essa reestruturação da Assembléia Legislativa, porque até agora em 20 anos de Poder Legislativo em nosso Governo, não foram absorvidos dez por cento desses quinze milhões que foram jogados fora, foram queimados, Deputado Aírton Cordeiro, quinze milhões de cruzeiros, em benefício de quem? Em benefício...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — (Faz soar os tímpanos) Seu tempo está esgotado, Deputado.

O Sr. Sérgio Spada — Obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encatado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Encerrado o horário que lhe foi destinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante dos minutos do PDS.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Esta Liderança fará uso do horário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra, o Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes é com espanto, às vezes com tristeza, que a gente verifica, ouve, assiste e vê fatos nesta Casa.

Ouvimos com atenção a denúncia feita pelo nobre Deputado Werner Wanderer: o Primeiro Secretário desta Casa foi a uma emissora de rádio em sua região, dizer — e está gravado — que havia proibido o Secretário de Transportes a remeter, mandar a remessa dos Cr\$ 850.000,00 cruzeiros do qual o Município de Marechal Cândido Rondon tinha o seu direito no PROSAFRA.

É estranho, Sr. Presidente, estes homens do PMDB que pregavam em todas as suas campanhas, em todas as suas andanças, uma democracia participativa, uma democracia sem revanchismo, uma democracia sem caças às bruxas, uma democracia de austeridade.

É estranho, Sr. Presidente, quando abrimos páginas de jornais e lemos entrevistas como esta que lerei pedaços dela, porque o meu tempo é escasso, feita pelo Primeiro Secretário desta Casa, feita ao jornal “Nosso Tempo”. Em uma parte da sua entrevista, ele diz: “Que a primeira Secretaria é um dos car-

cargos mais espinhosos dentro da Assembléia, principalmente se o cargo for usado com retidão, se o cargo for usado para fins políquieiros”, em outra parte, ele diz o seguinte, nobres Deputados, e queria, neste ponto, um minuto de atenção dos funcionários desta Casa, porque aqui ele faz uma ofensa e uma ofensa frontal a estes homens, a estas senhoras que aqui trabalham. Ele diz o seguinte: “Para acabar com os funcionários fantasmas e os “aspones” Assessores de pô... nenhuma”, a Assembléia será obrigada a adotar o uso do relógio-ponto abandonado há muito tempo, porque o pessoal sempre dava um jeitinho para quebrar o relógio para não bater o cartão.

Onde está o respeito humano, onde está o respeito com os funcionários desta Casa, meus colegas Deputados, os apelidarem de “aspones”, e não sou eu que estou dizendo, está escrito aqui no jornal, em uma entrevista dada pelo Primeiro Secretário.

Vamos mais à frente, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma parte da entrevista em que ele diz: “A situação estava tão anarquizada na Assembléia Legislativa, que até açúcar e papel higiênico acabava sumindo. Vasculhando tim-tim-por-tim-tim, foram encontradas notas fiscais dando conta de aquisição de, por exemplo, 10 kg de café, 10 kg de açúcar, quando se sabe que o consumo de um produto é bem inferior ao outro. Vamos botar ordem até nas pequenas coisas, para se evitar que o problema se espalhe”.

Pasme, Sr. Presidente, pasmem, Srs. Deputados.

Enquanto o Primeiro Secretário desta Casa preocupa-se se funcionários ou até mesmo Deputados andam sumindo com papel higiênico, andam sumindo com 10 kg de café ou 10 kg de açúcar, ele, em deliberação própria, sem consultar a Deputado algum, sem fazer sequer uma licitação, sem fazer sequer uma concorrência pública, entrega do dinheiro público, do erário público, que é nosso, que o povo paranaense paga, 15 milhões de cruzeiros a uma firma do Estado de São Paulo.

Por quê, Senhores?

Porque um dos proprietários dessa firma é seu companheiro, é seu amigo pessoal.

Onde está o respeito por esta Casa? Tenho ainda, Sr. Presidente, e haverei de ter sempre o respeito pela Mesa Executiva, porque lá estão eles, inclusive, com o meu voto.

Mas, quero aqui fazer um apelo, principalmente, em meu nome e pelo meu voto, que a Mesa Executiva passe a respeitar os Srs. Deputados, passe a respeitar os funcionários, não dando entrevistas, caracterizando-os como “aspones”, não entregando nosso dinheiro sem sequer um comunicado.

Terei esse respeito pela Mesa, até o dia em que o Senhor Primeiro Secretário não nos faça um favor, mas cumpra com uma obrigação de homem público, de Primeiro Secretário desta Casa, e venha a esta tribuna e nos preste contas e esclarecimentos do porquê entregar os quinze milhões de cruzeiros a uma firma sem licitação. Lembrando que tanto falam mal do PDS, tanto falam mal dos ex-governadores do PDS, mas, apenas fazer uma lembrança para lembrar e abrir a memória do Sr. Primeiro Secretário, que no Governo que vocês tanto chamam de corrupto, tanto nos acusam de ladrões, de assassinos de porões, nos Governos anteriores, o ex-Governador Ney Braga, dava de vantagem, dez por cento para a firma paranaense, com relação a outras firmas nacionais. Aí era demonstrado, Sr. Presidente, o amor e o valor pela nossa terra, o amor e o valor pela nossa gente.

Àquela época em que, como o PMDB diz, os corruptos comandavam o Governo, os funcionários não tinham apelidos de chacota, os funcionários não eram obrigados a terem de se submeter a uma austeridade, porque eles sabiam cumprir com sua obrigação, sabem e sempre saberão.

Cada funcionário é uma pessoa que merece respeito, é uma pessoa que merece a nossa consideração, porque eles são pessoas e gente como nós.

Queria dizer aos nobres Deputados que darei todos os apartes que for possível, porque quero que todos participem, mas peço escusas, e por favor, apenas deixem terminar o meu raciocínio, e pela ordem, darei ao Deputado Spada, ao Deputado Werner e depois ao Deputado Pereira.

Sr. Presidente, quero, aqui, hoje, em nome da Liderança do meu Partido, pedir que o Sr. Gernote Kirinus, que ironicamente chama os funcionários de "fantasmas" e "aspones" que se preocupa com papel higiênico, que venha à tribuna desta Casa, não para se defender, mas prestar contas do dinheiro dado a essa firma de São Paulo. Venha prestar contas de onde está sendo aplicado o dinheiro desta Assembléia Legislativa, para que nós não possamos, como estamos sendo, já disse o Deputado Werner Wanderer, tachados de pessoas que estão recebendo os favores e comissões de firma de fora.

Não acreditamos que isto esteja havendo por parte desse Sr. Deputado, mas queremos e exigimos que ele venha cumprir com a sua obrigação, que ele venha nos dar orientações do que está se passando nesta Casa, orientações do que ele está fazendo com o nosso dinheiro.

Peço perdão ao Deputado Spada, ao Deputado Werner e ao Deputado...

**O Sr. Mário Pereira** — Aceito o aparte mesmo que seja por quinze segundos. (Assentimento).

Queria dizer ao nobre Deputado, que acho que tem razão os Deputados Airton Cordeiro, Gabriel Sampaio e Deputados da Bancada do PMDB, quando interferem pedindo para que haja respeito nesta Casa. E o respeito eu entendo também como se ao usar a tribuna, se traga assuntos de interesse real do Estado do Paraná. Acho, por exemplo...

**O SR. JORGE MAIA FILHO** — Nobre Deputado, isto é interesse da nossa Casa e tudo que se trata da nossa Casa é de interesse do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Encerrado o horário de Vossa Excelência, Deputado Jorge Maia Filho, a Mesa consulta à Liderança do PMDB. Concede cinco minutos para o Senhor Deputado Anibal Khury.

**O SR. ANIBAL KHURY** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Recolhemos do filósofo alemão Arnold Rade-macher esta magnífica síntese da palavra tensão, Srs. Deputados, porque nos preocupamos com o acirramento dos ânimos nesta Assembléia.

Diz o filósofo:

"Tensão é ação mútua de forças. Para que exista tensão é preciso que as forças sejam opostas, mas do mesmo gênero. A oposição não deve ser de hostilidade, mas sim de polaridade."

Significa que temos opiniões divergentes.

Mas estas opiniões não devem ser necessariamente contraditórias, pois somos impulsionados todos, Deputados do PMDB e do PDS, por um sentimento comum.

Minha longa experiência me diz, Srs. Deputados, que devemos manter o espírito alerta para o confronto diário das idéias, mas firmemente amparado na moderação e no respeito mútuo.

Só assim faremos deste Poder um forum permanente de debates e alcançaremos o respeito de todos os paranaenses e das futuras gerações.

O Paraná se defronta hoje com gravíssimos problemas sociais e temos que dar o melhor dos nossos esforços para tentar equacioná-los.

Ainda que recorrendo, em muitos casos, ao legado cultural dos nossos antepassados e ao saber jurídico dos contemporâneos.

Nesta encruzilhada em que se encontra o País, todos concordamos, Srs. Deputados, que o fortalecimento das prerrogativas dos legislativos é uma necessidade vital, para a consolidação

da democracia.

E é acaciano dizer que tais prerrogativas, só serão respeitadas por outros Poderes do Estado e da União, se nós, no exercício dos nossos mandatos, tivermos capacidade e serenidade.

Para realizar nosso trabalho num clima de debates acirrados como é próprio dos parlamentos em todo mundo, mas sem faltar aos mais elementares princípios de educação.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que o clima de ódio que se instalou nesta Casa, motivando comportamentos exacerbados, não é próprio de homens preocupados com os problemas do Paraná e do País, nem de representantes partidários que aqui chegaram pela vontade soberana do povo.

Espero, sinceramente, Srs. Deputados, que sem prejuízo de nossas convicções políticas, com altivez e firmeza, mas com o indispensável respeito aos que expressam opiniões divergentes, sejamos capazes de honrar nossos mandatos, em um clima de entendimento cordial, desenvolvendo nosso trabalho sobre a proteção de Deus, sem retaliações pessoais que afrontam contra o decoro parlamentar e o prestígio desta Assembléia." **O Sr. Antônio Anibelli** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Anibal Khury, hoje, esta Casa, os seus funcionários e os Deputados desta Assembléia, ficam agradecendo a Deus, por vê-lo nesta tribuna. Vossa Excelência que foi arrancado desta Assembléia, pela força do arbítrio, cassado por esta Revolução.

Hoje, em nome dos funcionários desta Casa, como funcionário que sou e que fui, como Deputado, como seu companheiro de partido, como seu amigo, como seu afilhado, sinto-me feliz por poder apartear-lo. Homem que aprendi a respeitar e admirar, Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, anos depois voltou pelo voto popular. Como seu funcionário, sinto-me muito feliz por ter sido eleito na mesma eleição, como seu funcionário poder apartear-lo nesta mesma Casa e dizer que Vossa Excelência que por tantos anos administrou esta Casa como Primeiro Secretário, por tantos anos conduziu esta Casa e seus funcionários, vem com a palavra da experiência dizer que precisamos ter paz, precisamos trabalhar, valorizar o Poder Legislativo. É só com o trabalho sério, com o trabalho honesto, que iremos valorizar a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo.

Muito obrigado Deputado Anibal Khury, por ter vindo, com sua experiência, fazer um pronunciamento nesta manhã. **O Sr. Jorge Maia Filho** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, talvez o meu aparte não tenha um conteúdo de interesse a grandes coisas do Paraná. Mas apenas uma satisfação pessoal deste humilde e novo Deputado, porque Vossa Excelência sabe que é um mito no Paraná. Por muitas vezes ouvi, de meu velho pai, quando há muitos anos foi Deputado com Vossa Excelência, tecer elogios grandiosos à sua pessoa.

Este aparte é apenas, como disse a Vossa Excelência, uma satisfação pessoal de que já tive em minha vida realizado um sonho de poder apartear a um dos grandes políticos paranaenses, este mito que o Paraná tem, e dizer que o pronunciamento de Vossa Excelência, o primeiro nesta Casa, foi na realidade o pronunciamento de uma pessoa capaz, séria, e que de fato realmente conhece o processo legislativo. Muito obrigado por esta oportunidade, nobre Deputado.

**O SR. ANIBAL KHURY** — Muito obrigado a Vossas Excelências.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência pode posteriormente me conceder um aparte?

**O Sr. Augusto Carneiro** — Queria dizer, — quero ver se sintetizo em poucas palavras o que penso do pronunciamento de Vossa Excelência. Respeito e admiro o entusiasmo e o calor dos



jovens, pessoas e jovens, Deputados, ou iniciantes Deputados, que vêm a esta Casa, com grande entusiasmo, de prestar o seu serviço e a sua colaboração para o engrandecimento do Paraná.

Mas, quero dizer de que a experiência, nesta hora, fala mais alto até do que qualquer entusiasmo. A palavra de Vossa Excelência nestes cinco minutos, vem trazer aquilo que este poder verdadeiramente está necessitando no momento. É uma compreensão do papel de cada um; uma compreensão até da deficiência que cada um de nós é possuidor. É um alerta de que ao continuarmos com agressividade partidária e até pessoais, nós vamos levar a um desserviço muito grande desta Casa para com o Paraná. Então, a palavra prudente de Vossa Excelência e experiência de Vossa Excelência nesta manhã, vem fazer com que cada um fique no seu lugar e compreenda verdadeira e intimamente, quando um Deputado sobe à tribuna acalorado, para cobrar serviços, ele está no cumprimento do dever. Quando um Deputado sobe à tribuna para responder e para expressar, aliás, sua idéia, o seu entusiasmo, e trazer uma proposta de trabalho, uma proposta de solução de um problema paranaense, está no cumprimento do seu dever.

Tudo isto, deve ser compreendido, e cabe às oposições comandar os debates. A iniciativa do debate, sempre coube à Bancada Minoritária, da Oposição.

Vossa Excelência coloca muito bem. Meus parabéns; para mim, não foi surpresa; com a sua experiência e com a sua prudência prestar esse serviço ao Parlamento paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. ANIBAL KHURY — Sr. Presidente, solicito mais um minuto para concluir.

Lamento não poder conceder o aparte ao Deputado Gabriel Manoel. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminando quero agradecer ao Deputado Anibelli, ao Deputado Maia Neto, ao Deputado Augusto Carneiro, os apartes que me concederam. E dizer mais o seguinte, Srs. Deputados: fui durante quatorze anos, Deputado; e nove vezes, Secretário desta Casa; pude conhecer bem de perto este Parlamento, vivi aqui quase dia e noite, e quero dizer o seguinte: — a injustiça cometida contra mim, é um pequeno resíduo que a mim não me afetou, porque eu não me preocupo com o que aconteceu comigo. Porque alguém já disse que quem se preocupa com o passado, não vive o presente e perde o futuro.

Vamos para a frente. — (Muito bem) — (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma de Almeida Cesar, por dez minutos.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Estamos vivendo nos dias atuais, momentos de séria crise de confiança nas organizações institucionais que têm a responsabilidade constitucional de garantir ao povo tranquilidade, sossego e segurança. Não que falte aos seus membros qualidade, esforço, dedicação ou até mesmo o risco da própria vida para garantir à sociedade um “quantum” de segurança que possibilite a cada cidadão exercer suas atividades produtivas na sociedade moderna.

Ocorre que o aumento da criminalidade no cenário nacional e em todo mundo tem suas origens em fatores os mais complexos, que os sociólogos e educadores procuram explicar.

Ao Estado compete garantir, por seus instrumentos institucionais, o disposto no Art. 153, da Constituição Federal, no tocante aos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

E, entre outros instrumentos institucionais que se reves-

te de competência para garantir esses direitos, estão a Polícia Militar e a Polícia Civil, instituídas e mantidas pelas Unidades da Federação, para a manutenção da ordem pública e apuração dos fatos delituosos.

Com o crescente “mito da prevalência de setores econômico-sociais em detrimento da segurança e proteção da sociedade; aquele antecedendo esta, quando razoável e lógico, típico das circunstâncias ditadas pelo mundo contemporâneo seria esta anteceder aqueles; esta embasando aqueles: mais estradas ou hidrelétricas menos segurança individual ou coletiva, em função da derivação dos investimentos; resumiríamos, “como explica Almir Chagas Vilela, em seu artigo “Mitos e Falácias” de segurança pública, publicado no “O Estado do Paraná”, pág. 10, em 02/07/82, “numa equação simples — mais crime — menor capacidade de organismos de proteção e defesa — igual a maior insegurança social. Vale dizer ainda — menos cobertura policial gerando maior amplitude da criminalidade — tendo como consequência a intranquilidade social pelo sentido de insegurança coletiva que exaspera a opinião pública; o amplo “espectrum” da causalidade geradora do fenômeno criminal vai encontrar condições de aumentá-la substancialmente.

Outro não é, hoje, o quadro preocupante no Paraná, e mais particularmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em que o clima de intranquilidade e insegurança atinge a todas as camadas sociais. Há uma verdadeira “paranóia” de insegurança, gerada pela ousadia dos delinquentes e pela perversidade com que praticam seus crimes contra a vida e o patrimônio público e particular. O seqüestro para roubar, quando não convertido em latrocínio, tem levado ao desespero e horas de lenta agonia a tantos quantos tenham sofrido em mãos de algozes que nada tem de pessoal com suas vítimas. Cria-se a neurose da insegurança que vai minando o comportamento do organismo social, modificando hábitos, segregando os indivíduos, obrigando-os a conviverem com a solidão, a portas fechadas, por trás de ferrolhos, sete chaves, olhos eletrônicos e até guardas-pessoais, porque as pessoas, os cidadãos, estão a sentir que as atividades de prevenção ao crime, e penalização dos delinquentes não vão encontrando a correspondente confiança depositada nos organismos estatais.

Talvez a marginalização de vasto setor da sociedade, produzida pelo êxodo rural, o superpovoamento e inchação das metrópoles, o subemprego ou o desemprego, a falta de educação conveniente e orientada, a luta pela sobrevivência no meio urbano, a indisponibilidade de moradia condigna, a carência de serviços de saúde, entre outros, levam a se formar um pesado contingente de indivíduos que, numa lenta revolta, fazem explodir seu ódio contra tudo e contra todos, por não anteverem outra solução do que o caminho fácil do crime, iniciado nas ruas, ante a leva de jovens desocupados, que a escola, o esporte e as atividades ocupacionais legítimas deveriam ser o seu primeiro passo. É o “trombadinha” e o “cheirador de cola”, comuns em nossos dias, os representantes dessa triste formação de uma parcela da juventude, que o Estado e complementarmente a sociedade têm o dever de amparar.

Ainda ALMIR CHAGAS VILELA aponta, em seu brilhante artigo “Mitos e Falácias” de segurança pública, como fatores geradores do aumento da criminalidade, além da nuclearização urbana que contribui para agilização da atividade criminosa, os seguintes:

- 1 — ligações urbanas intermunicipais;
  - 2 — rapidez dos deslocamentos interestaduais e internacionais;
  - 3 — entroncamentos rodoviários e multiplicidade de rotas de saída;
  - 4 — extrema mobilidade, produto do êxodo migratório de e para outras unidades da Federação;
  - 5 — insatisfação dos núcleos periféricos urbanos.
- Fácil, continua Almir Chagas Vilela, fácil alcançarmos es-

tas conclusões pela seguinte demonstração que aponta os percentuais da marcha migratória da população paranaense em direção às cidades:

Em 1940 — 31,23% — com o coeficiente 05;  
Em 1950 — 36,16% — com o coeficiente 09;  
Em 1960 — 45,08% — com o coeficiente 10;  
Em 1970 — 55,90% — com o coeficiente 12;  
Em 1980 — 67,57% — com o coeficiente 15;  
Em 1990 — 82,00% — com o coeficiente 17;  
Em 2.000 — ? (interroga-se).

“Hoje, (1m 982), relativamente ao Estado globalizado temos um volume populacional de 4.473.541 pessoas nas áreas urbanas e somente 3.156.925 nas zonas rurais”.

“A população, nas últimas décadas cresceu e a organização policial deixou de acompanhar o crescimento e expansão territorial urbana.

Os levantamentos dos censos demográficos registraram no correr dos últimos decênios que Curitiba em:

1960 contava com 361.309 habitantes;  
1970 com 609.026 habitantes;  
1980 com 1.025.979 habitantes; e

Em 1990 com uma perspectiva projetada de 2.000.000 e, finalmente o ano de 2.000 com uma população de 3.500.000 habitantes.

Em contrapartida, a Polícia Civil do Paraná apresentou o seguinte volume de pessoal nos últimos decênios:

Em 1960 contava com 1.500 servidores;  
Em 1970 com 1.100;  
Em 1973 com 1.300;  
Em 1979 com 1.700;

E, nos primórdios de 1982, com 2.000 servidores policiais civis.

Se nos próximos anos forem preenchidas as vagas existentes atingiremos 5.330 servidores, o que, face à projeção da população do Estado para 1.985 de 8.300.000 habitantes, significa 1,56% policial por mil habitantes.

Em Curitiba, hoje, estão concentrados 62% do pessoal civil e 38% no interior, o que dá uma visão do problema de segurança no interior.

Em 1972, existiam, em São Paulo, um policial civil para 596 habitantes; no Rio Grande do Sul 1/971; em Minas Gerais 1/2.126; no Rio de Janeiro 1/4.000; em Santa Catarina 1/4.590 e no Paraná 1/7.187.

À guisa de comparação podemos verificar através de levantamento procedido pela INTERPOL, em Paris, no ano de 1977, em vários países, para determinar o volume de policiais nas Capitais, resultou, exemplificadamente que:

Em Estocolmo havia 4,21%;  
Em Copenhage 3,74%;  
Em Hamburgo 4,52%;  
Em Londres 3,50%;  
Em Otawa 2,48%.

A média de policiais civis nas cidades americanas, em 1976, resultou oscilar entre 2 e 4%.

Diz mais, o articulista:

“Em síntese, a certeza de que tornando-se extremamente emergentes, complexas e difíceis as chamadas “questões sociais”, multiplicando-se geometricamente os fenômenos dela decorrentes de cunho eminentemente anti-social, deparamos com um desenvolvimento inexpressivo do plano aritmético do sistema criminal estatal, principalmente os organismos que se destinam a apuração de crimes e responsáveis pelo menos na letra fria da lei, pela prevenção à eclosão de atividades ilícitas.”

Não dispomos de dados com respeito aos efetivos, crescimento e estatísticas da nossa briosa Polícia Militar.

Ante um quadro tão realista, a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, pelo seu Presidente, Dr. Luís Gonza-

ga Pinto, ex-Prefeito e ex-Secretário de Estado, vem de realizar uma mesa redonda, com a participação das autoridades locais para uma análise mais profunda dos problemas que envolvem a segurança de um modo mais duplo.

O Paraná serve de caminho entre o norte e o sul do País, tendo fronteiras com países vizinhos.

É um corredor onde passam, com facilidade, homens e veículos, e entre eles os fora da lei. É por aqui que se realiza o contrabando de mercadorias e veículos, mal grado o esforço público de combatê-los.

Já Ponta Grossa, por seu importante entroncamento rodo-ferroviário, centrado no meio do Estado, oferece opções para que os marginais, cruzando todas as dimensões do Estado, nela aportem, deixando, quase que sempre, a marca triste e agressiva de sua ação nefasta ao campo social.

Assim, reconheceu-se, naquela reunião, que a região dos Campos Gerais e o nosso município necessitam estar melhor preparados para o combate e prevenção do crime.

Para tanto é necessário CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO para uma próxima e eficiente AÇÃO COMUNITÁRIA que vise COMPLEMENTARIZAR os recursos materiais em primeira escala e até humanos numa segunda etapa.

Melhor equipadas nossas Polícias Civil e Militar, terão elas multiplicadas a capacidade de ação aos seus homens e organismos.

Com o carreamento de recursos públicos federais, estaduais, municipais e comunitários, há de se encontrar maior proteção à vida e ao patrimônio das pessoas e das instituições públicas e privadas.

Pensa-se que, com a tecnologia hoje já disponível, como o telefone e o rádio, a multiplicação e aparelhagem dos módulos policiais em tão boa hora implantados, para realizar múltiplas funções que vai além da ação policial, é possível dar a necessária tranqüilidade ao povo para o exercício de suas atividades normais e produtivas.

E esse sistema, via fontes de comunicação, dentro de um plano integrado de ação preventiva dos organismos responsáveis será possível aumentar a rapidez de ação dos órgãos que protegem a saúde (hospitais, prontos socorros etc.), o patrimônio em casos de sinistros (como o Corpo de Bombeiros) e no da segurança (pela Polícia Militar e Civil e até do Exército Nacional).

Sabe-se que as Prefeituras aplicam regularmente recursos próprios, através de convênios ou não, na assistência e complementação dos gastos de manutenção dos órgãos e equipamentos da Polícia.

Esses recursos, carreados para uma nova entidade com personalidade jurídica, seria, dentro de um plano global, na área de comando das unidades da Polícia Militar, aplicados de forma racional e objetiva, visando a segurança da área, porque só assim é que será efetivamente fortalecida e tornada altamente eficaz e concentrada a ação policial.

Essa idéia que nasce em Ponta Grossa, se levada avante, como se manifestaram todos os presentes, naquela reunião, poderá concorrer que, em todo Estado, seja aplicada particularmente nos municípios-sede das micro-regiões, ou dos Comandos da Polícia Militar do Estado.

Encerrando, quero parabenizar-me com a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, pela feliz idéia que há de, em breve, apresentar os seus primeiros resultados e sirvo-me da oportunidade para chamar a atenção das digníssimas autoridades de segurança que emprestem o seu integral apoio às reivindicações que se hão de fazer pelo povo de Ponta Grossa e do Paraná.”

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicitaria a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que mandasse proceder a verificação de “quorum” ou a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e solicita que se faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mais uma vez, pela ordem, Sr. Presidente, Artigo 97 me faculta que eu fale com Vossa Excelência mais uma vez.

Pedi a Vossa Excelência, primeiro, a verificação de "quorum" e após, se houvesse reclamação, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre Deputado, nós não estamos processando votação alguma. Em virtude, para que tenhamos a verificação de "quorum", é necessária a chamada nominal.

O SR. GABRIEL MANOEL — Retiro, então, Sr. Presidente. Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela ordem) — Gostaria que Vossa Excelência informasse quanto tempo resta à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua com a palavra o Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra por quatro minutos ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, é improcedente a acusação contra o Deputado Gernote Kirinus, que não está impedindo quaisquer recursos do PROSAFRA para Rondon. Os recursos já se encontram na Secretaria de Finanças...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Não tenho tempo e não posso conceder apartes por esta razão.

Queríamos também enfatizar acusações a nós como despreparo. Éramos tão poucos ontem e a Bancada do PDS em peso. Seria até muita força para mim tumultuar ou interromper um depoimento que nada tinha para acrescentar. O Secretário nem soube informar qual era o montante orçamentário da Secretaria à cuja frente esteve.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Enfatizamos ainda... não responderemos a ataques do jornal "O Estado do Paraná". Quem pactua com a mentira, não merece sequer contestação. Alguns dias atrás aquele jornal atribuiu a mim declarações de uma cidade, Arapoti, que nem conheço...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — ... alguém deve ter mentido, porque a "Folha de Londrina" dá uma versão, a "Gazeta" outra e "O Estado" uma terceira.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Não responderemos a acusações deste teor. Simplesmente houve interrupção. O Secretário falou o que bem quis, embora nada de concreto. Simplesmente houve boicote sim, da bancada do PDS. Quando argumentávamos e propunhamos números, porque a COHAPAR fizera empréstimos de mais de 500 milhões e passara à ex-Secretaria. Porque o maior índice nacional de casas feitas neste Estado. Porque compra de terras, quase impossíveis para a construção de casas populares. E tantos outros detalhes...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Queremos apenas dizer que o comportamento de uma CPI está muito pouco...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Não concedo porque não tenho tempo disponível para tanto... disciplinado pelo Regimento Interno. É muito melhor moldá-lo por uma Comissão qualquer, onde o formalismo é muito pouco. Se for para conceder a palavra para todos os Srs. Deputados, segundo nos informou a própria Consultoria Legislativa desta Casa, se for para deixar em mesmo nível todos os Deputados, não se justifica uma CPI. Viriam aqui os depoentes e seriam inquiridos publicamente.

Queremos enfatizar ainda, Srs. Deputados, não aceitamos as afirmações.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Pela ordem. Artigo 97.

O SR. TADEU FRANÇA — Não recuaremos, de forma alguma...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho, pela ordem.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Só para perguntar a Vossa Excelência se Vossa Excelência está concedendo um minuto a mais ao nobre Deputado. Se for esta a deliberação de Vossa Excelência, iremos acatá-la.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Absolutamente, Deputado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa Excelência deu quatro minutos ao Deputado e o cronômetro está marcando quatro minutos e cinqüenta.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a sua interrupção, o Deputado tem mais quarenta segundos para concluir.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU FRANÇA — Por esta razão, acusado ou não pelo PDS, o critério será seguido. Com todo o respeito pelos Deputados, falarão sempre primeiro os membros da CPI.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Caros Deputados, PDS manobra e não deixa Saul depor. Esta é a verdade da maioria. (Tumulto em plenário).

O Depoimento não se consubstanciou por falta de resposta de competência, dados que simplesmente eram desconhecidos pelo ex-Secretário de Desenvolvimento dos Municípios do Paraná. Lamentavelmente.

Outros dados abordaremos com base em números, com dados técnicos que não abordamos aqui pela total impossibilidade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência há de convir comigo que deveria solicitar ao ilustre moço combativo que não ataque a nossa bancada. Somos efêmeros defensores da democracia. Portanto, não concerne que sejamos atacados, porque temos um Regimento Interno e estamos dentro de uma Casa que procura a paz. Está dentro do contexto do parágrafo 4.º, do Artigo 97. Não é possível que sejamos atacados e fiquemos na inércia.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vossa Excelência teve o Horário da Liderança do seu partido para se justificar...

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas Vossa Excelência sabe que posso me defender de acordo com o Regimento Interno, Artigo 97, parágrafo 4.º, que dá a autorização que Vossa

Excelência me concede. Se estivermos errados, nos casse a palavra. Agora Vossa Excelência, como juiz, não pode ferir o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência requer inscrição para Explicações Pessoais?

É o horário que Vossa Excelência tem para usar, assim como qualquer outro Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Artigo 97. Vossa Excelência me casse a palavra, mas não me casse o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência não pode falar duas vezes, na mesma Questão de Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Se Vossa Excelência como juiz não obedece o Regimento Interno, então vamos bagunçar o coreto.

O SR. SÉRGIO SPADA — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência assegurasse a palavra ao nobre Deputado que está na tribuna, pois nós vemos que os pedidos de apartes e de questões de ordem, por parte da Bancada do PDS são, simplesmente para provocar, tumultuar o pronunciamento do nosso Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 57 Srs. Deputados.

O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para esclarecer a questão de ordem do Deputado Sérgio Spada. Nós pedimos, delicadamente, para que os ânimos não se acirrem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Passaremos à apreciação da matéria constante do Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 132/82, que declara de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 132/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 137/82, que declara de utilidade pública o "CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", com sede e foro no Município de Marmeireiro. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 137/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", com sede na cidade de Marmeireiro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 139/82, que declara de utilidade pública o "CORAL PARANÁ", com sede e foro em Curitiba. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 139/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CORAL PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 140/82, que declara de utilidade pública a "CASA DO AGASALHO", com sede e foro em Curitiba. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 140/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CASA DO AGASALHO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que o IPE, credencie Dentistas e Oftalmologistas para o Município de Ivaiporã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de esclarecer esta Casa, da não utilização da nova estação rodoviária de Jacarezinho. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que o Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura e dos Esportes, construa um Ginásio de Esportes no Município de Laranajeiras do Sul. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando encaminhe proposta à Secretaria da Justiça, através do Governo do Estado, no sentido de que a localidade de São Sebastião, Município de Vera Cruz do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Administrativo. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.  
O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.  
(É procedida a verificação).

Dez Srs. Deputados aprovam; dois Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106 e 129/82.  
Levanta-se a sessão.